



Apêndice A

Nota sobre aspectos da estrutura social romana

A estratificação social do Império diferia pouco da estrutura encontrada no final da República. No topo aparecia o Imperador que representava as virtudes romanas, nomeadamente a virtude, a clemência, a justiça e a piedade. Governava as províncias, exercia o comando supremo do exército, e podia tomar qualquer iniciativa legislativa que julgasse coerente para proteger o seu povo, ou os seus interesses.

A ordem senatorial ocupava os principais cargos na administração civil, na justiça e no comando do exército. Era formada por pessoas ricas, cuja principal fonte de riqueza vinha das grandes propriedades agrícolas, da venda de produtos manufacturados nas suas propriedades e do salário que vinha da ocupação dos altos cargos Imperiais.¹ A ordem equestre era constituída por aqueles que tinham posse para manter um cavalo enquanto serviam no exército, ocupando apenas alguns dos cargos mais altos. Contudo, alguns cavaleiros tornavam-se grandes comerciantes e possuíam consideráveis fortunas fundiárias, através da cobrança de impostos por conta do Estado, de empréstimo de dinheiro a juros ou a gerência dos domínios imperiais.² Na base do estrato social superior encontravam-se os *decuriones*, que asseguravam a administração e o abastecimento de cereais da cidade, bem como a construção e manutenção da ordem pública.

A vida nas cidades era mais rica em oportunidades, proporcionando uma participação activa na vida pública e maior liberalidade. De notar que a população urbana estava, por isso, em melhor situação do que a população rural.

O estrato social inferior apresentava-se heterogéneo, originário da diversidade económica, social e cultural das diferentes regiões do Império, com uma hierarquização pouco nítida dos vários grupos.

Na primeira divisão da camada mais baixa da sociedade estava a *plebs urbana* e a *plebs rústica*. A plebe das cidades era constituída por trabalhadores livres e libertos, enquanto que na plebe rural integravam os camponeses livres, trabalhadores agrícolas e libertos.³ Na extremidade mais baixa encontravam-se os escravos, que provinham,

¹ VEYNE 1985, p. 94.

² CENTENO 1997, p. 95.

³ VEYNE 1985, pp. 98 – 99.



sobretudo, de descendência escrava, do abandono de crianças e da venda de homens livres como escravos.⁴

Assim estava estruturada a sociedade romana, em que as camadas superiores, detendo dos meios de produção, não participavam do trabalho produtivo e viviam do lucro das riquezas acumuladas. Enquanto que a camada inferior, cujos membros não possuíam terras nem meios próprios, participavam directamente da produção e alimentavam a camada superior com o produto do seu trabalho.

⁴ VEYNE 1985, p. 62.



Apêndice B

As Termas de Portugal Romano

As termas, para além de serem locais especificamente destinados e construídos para se tomar banho, eram sobretudo um espaço de vital importância na rotina diária da maior parte a população romana. Em Portugal estão identificadas bastantes estruturas termais de várias dimensões, na sua maioria pertencentes a *villae*.

De todas as termas públicas em Portugal, as mais conhecidas são as de Conímbriga. Como se encontram integralmente escavadas, dão-nos a ideia correcta do seu funcionamento, organização interna dos espaços e remodelações. As primeiras termas públicas edificadas em Conímbriga, as termas augustanas surgiram inseridas num programa de obras públicas que remodelou significativamente a estrutura urbana, ficando umas termas com vastas áreas porticadas dando acesso aos ambientes exteriores.⁵ Mais tarde, estas foram integradas no programa flaviano de renovação do centro do *municipium*, mas contruídas, ou concluídas já sob o reinado de Trajano, que vieram substituir as termas augustanas.⁶ Na transição da época júlio-claudia para a flaviana, foi construído outro complexo termal, as termas da muralha. Durante a sua existência tiveram um percurso complexo. Encontravam-se numa zona marcadamente ocupada por uma classe abastada, e por isso foi-lhes conferida uma certa imponência, havendo preocupação artística na ordenação interna dos espaços.⁷ Posteriormente, Conímbriga foi enriquecida com umas novas termas, as termas do aqueduto, certamente de carácter público, que se sobrepôs a um estabelecimento termal anterior. As dimensões destas termas são reduzidas, mas eram destinadas a servir o sector Norte da cidade.⁸

Em Miróbriga existem dois complexos termais contíguos, mas construídos em momentos diferentes. Eram termas públicas e conservam até hoje paredes com uma altura considerável. Também com paredes consideráveis são as termas públicas de Tongobriga, no Freixo, que possuem as áreas essenciais deste tipo de estrutura: *caldarium*, *tepidarium*, *frigidarium*, *natatio* e *palestra*. Existem ainda vestígios de

⁵ CORREIA, REIS s.d., p. 271. [Consult. 2011 – 08 – 27]. Disponível na www: <URL: http://coimbra.academia.edu/pilarreis/Papers/308280/As_termas_de_Conimbriga_tipologias_arquitectonicas_e_integracao_urbana>.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 273.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 272.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 277.



complexos termais públicos noutras cidades romanas como Tróia, Idanha-a-Velha e Braga.⁹

A par dos vários estabelecimentos públicos existentes nas cidades, havia ainda casas particulares com zonas reservadas aos banhos, os quais tinham um carácter privado. Como exemplo temos a Casa de Cantaber, em Conímbriga, onde parte da casa é ocupada por um balneário constituído por uma área quente, *caldarium tepidarium*, e por uma área fria, *frigidarium*.¹⁰

Com carácter privado eram também as áreas reservadas aos banhos existentes nas zonas habitacionais das *villae* espalhadas pelo mundo rural. Tinham dimensões diversas e estruturas elaboradas, com decoração de qualidade, indicando com isso a importância que tinha o aspecto estético, o grau de romanização e prosperidade económica dos donos desses locais. Exemplos disso, e citando apenas algumas das mais monumentais, temos as termas de Milreu, de Santa Vitória do Ameixial, Pisões, Fonte do Milho, Herdade do Carrão, S. Cucufate, Torre da Palma, Abicada, Herdade da Terrugem, S. Lourenço, Mileu. Muitas destas *villae*, com maiores dimensões, tinham, a par do complexo termal mais imponente utilizado pelo proprietário, um outro mais pequeno e menos completo, provavelmente destinado à criadagem.¹¹

Além das termas públicas e privadas existentes nas cidades e nos campos, os romanos construíram outras termas onde o convívio social e o carácter higiénico dos banhos era superado pelo poder curativo das águas. Deste testemunho temos exemplo as termas medicinais de S. Pedro do Sul, Caldas das Taipas, Caldas de Vizela, S. Vicente do Pinheiro e Caldas de Monchique. Esta tipologia de termas não obedecia a nenhum sistema rígido de construção e organização interna das salas e compartimentos. Aqui, é a localização das nascentes, as temperaturas das águas, as virtudes terapêuticas, e os tipos de tratamento que impunham as normas que o arquitecto devia seguir quando projectava o complexo termal.¹²

⁹ FRADE s.d., p. 352.

¹⁰ CORREIA, REIS s.d., p. 276. [Consult. 2011 – 08 – 27]. Disponível na www: <URL: http://coimbra.academia.edu/pillarreis/Papers/308280/As_termas_de_Conimbriga_tipologias_arquitectonicas_e_integracao_urbana>.

¹¹ FRADE s.d., p. 353.

¹² Idem, *Ibidem*, pp. 353 – 354.



Apêndice C

Regulamento Interno do Centro Interpretativo de Évora Romana

Preâmbulo

O Centro Interpretativo de Évora Romana situar-se-á no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Évora. Este edifício remonta ao tempo de D. Afonso V, que doou parte do *castelo velho* ao ser escrivão Nuno Martins de Silveira, em 1450. Mais tarde, em 1606, parte da moradia da banda Norte deu lugar ao Convento de S. Salvador, surgindo com estas alterações arquitectónicas a actual Rua de Olivença e o edifício que ainda hoje é ocupado pelos CTT – Correios, Telégrafos e Telefones. Após a ocupação monástica, este espaço foi ocupado, em 1906, pelo Grupo de Artilharia de Montanha e posteriormente pelo Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1. Em 1881, o Palácio foi comprado pelo então presidente do Município de Évora, José Carlos Gouveia, para instalar os Paços do Concelho. Actualmente, as futuras instalações do Centro Interpretativo situam-se em pleno coração do centro histórico de Évora, Património Cultural da Humanidade desde 1986.

O Regulamento do Centro Interpretativo de Évora Romana pretende constituir-se como:

- a) Instrumento de trabalho para o pessoal do Centro Interpretativo, que estará desta forma consciente dos seus objectivos, permitindo-lhes cumprir as tarefas a que estão destinados de forma mais objectiva;
- b) Documento legal, para o público, que toma assim conhecimento, dos métodos que o Centro Interpretativo utiliza para salvaguardar, conservar e divulgar os testemunhos da cultura material que estão ao seu cuidado.

O presente Regulamento é elaborado conforme disposto no artigo 112.º, n.º 7, da Constituição da República Portuguesa, o artigo 53.º da Lei-quadro dos Museus Portugueses, e o Regulamento Interno do Museu Alberto Sampaio.



1. Disposições gerais

Colecção

A colecção do Centro Interpretativo de Évora Romana será constituída por bens culturais de natureza arqueológica provenientes de Évora e do respectivo concelho, portadores de valor histórico ou artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos, que sejam um autêntico testemunho da civilização romana neste território. Como património imóvel, o Centro Interpretativo incorporará no seu acervo museológico as ruínas das termas romanas, que se encontram no edifício dos Paços do Concelho.

Localização

O Centro Interpretativo de Évora Romana localizar-se-á na Praça do Sertório, 7004 – 506 Évora.

Enquadramento orgânico

O Centro Interpretativo de Évora Romana será uma instituição hierarquicamente dependente da Divisão de Assuntos Culturais, do Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora.

Vocação

O Centro Interpretativo de Évora Romana tem como abrangência temática e especialidade científica o património arqueológico do território da cidade de Évora no período da ocupação romana, desde o século I ao IV d. C.. De acordo com este acervo museológico, o Centro Interpretativo vai funcionar numa perspectiva de reflexão da actualidade, estabelecendo relação natural com o Núcleo Museológico de Arqueologia situado no Convento dos Remédios e os restantes núcleos museológicos do Município, bem como relação de complementaridade com o Museu de Évora onde componentes artísticas e monumentais estão disponíveis.

O Centro Interpretativo de Évora Romana vai instalar-se no edifício dos Paços do Concelho, onde se encontra o legado das Termas Romanas.



Objectivos

São objectivos do Centro Interpretativo de Évora Romana:

- a) Estudar, salvaguardar e divulgar o acervo museológico que detém;
- b) Inventariar, estudar e monitorizar todos os bens culturais romanos, da comunidade eborense, através da construção de um sistema documental;
- c) Estabelecer parcerias com outras instituições, tendo em vista o estudo, a divulgação e a fruição do património arqueológico;
- d) Dotar o centro histórico de um espaço de acolhimento e apresentação, potenciando o centro da cidade como local de vida, de encontro, de exercício de cidadania e de recepção/visita de turistas;
- e) Criar uma nova centralidade na cidade, potenciando este espaço para reforçar a memória e identidade da história de Évora junto da população;
- f) Desenvolver um trabalho de partilha com a comunidade envolvente, no sentido de dotá-la de responsabilidade sobre o património da cidade, reforçando a ideia de que o património que é da cidade é de todos nós;
- g) Contribuir para a reflexão sobre a cidade, o seu desenvolvimento urbano, cultural, social e económico;
- h) Atrair diversos públicos, desde e, sobretudo, a população local, ao público nacional e estrangeiro;
- i) Criar o site do Centro Interpretativo de Évora Romana, que seja acessível à consulta da população, com informação igualmente relevante para visitantes ocasionais ou mais aprofundada para investigadores.

2. Orgânica do serviço

Instrumentos de gestão

Os instrumentos de gestão do Centro Interpretativo – plano anual de actividades, orçamento, relatório de actividades, avaliação de desempenho e informações estatísticas sobre os visitantes e utilizadores – serão anualmente elaborados pelo Director com a participação da equipa do Centro Interpretativo.

Estruturação orgânica dos serviços

A orgânica do Centro Interpretativo integrará nos seguintes serviços:



- a) Direcção;
- b) Serviço de Património e Arqueologia;
- c) Serviço de Museografia;
- d) Serviço de Conservação e Restauro;
- e) Serviço Educativo;
- f) Serviço de Inventário;
- g) Serviço de Estudo e Investigação;
- h) Serviço Administrativo;
- i) Serviço de Vigilância e Segurança.

O Centro Interpretativo será dotado, dentro das suas possibilidades, de pessoal com habilitações reconhecidas em museologia e nas áreas disciplinares e temáticas correspondentes à sua vocação. Caso não seja possível dispor de pessoal qualificado necessário para assegurar de forma permanente as funções museológicas, o Director do Centro Interpretativo deverá estabelecer parcerias com outras instituições que possam cooperar para assegurar tais funções.

3. Gestão do acervo

Programa de incorporação

As modalidades a seguir na incorporação de bens culturais regem-se pelo previsto no artigo 13.º da Lei-quadro dos Museus Portugueses, nomeadamente: compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afectação permanente, preferência, dação em pagamento.

A incorporação de um bem cultural no Centro Interpretativo deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Enquadrar-se na vocação e temática do Centro Interpretativo;
- b) Estar em estado de conservação Bom ou Razoável;
- c) A incorporação ser feita mediante prova da sua existência legal e constituir uma mais valia para o acervo museológico.

Programa de conservação

O Centro Interpretativo conserva todos os bens culturais nele incorporados, garantindo as condições ambientais adequadas e promovendo as medidas preventivas



necessárias à sua conservação, tendo como base as orientações e normas emanadas pelo Instituto dos Museus e da Conservação. A conservação e restauro dos bens culturais no Centro Interpretativo só podem ser efectuados por técnicos qualificados legalmente reconhecidos.

Programa de segurança

O Centro Interpretativo deve dispor de um programa de segurança, periodicamente testado, de forma a garantir a prevenção de perigos. Deverá solicitar-se a cooperação das forças de segurança para a definição conjunta do programa e para a aprovação de equipamentos de prevenção e neutralização de perigos. O plano deve ser um documento confidencial e dele têm conhecimento apenas os funcionários do Centro Interpretativo.

Programa de gestão documental

Os bens culturais incorporados no acervo museológico do Centro Interpretativo serão obrigatoriamente objecto de elaboração do inventário museológico. Este deve ser complementado por registos subsequentes que permitam aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e actividade do Centro Interpretativo.

Programa de investigação

O Centro Interpretativo deve utilizar recursos próprios e estabelecer parcerias com outras instituições vocacionadas para a investigação, para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática do acervo museológico. Dentro das suas possibilidades, o Centro Interpretativo deve disponibilizar aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos nas áreas da museologia, conservação e restauro e de outras áreas disciplinares relacionadas com a sua vocação, oportunidades de investigação e prática profissional.

Programa de exposição

O Centro Interpretativo apresenta os bens culturais que constituem o seu acervo museológico através do Programa de Exposições, que contempla a realização de



exposições temporárias e permanentes. O Programa é baseado nas características do acervo e em programas de investigação.

Programa de educação

O Programa Educativo do Centro Interpretativo será um meio de comunicação com o público, devendo por isso organizar diversos tipos de visitas e actividades pedagógicas, de acordo com a sua vocação e com os públicos destinatários.

4. Normas de acesso

Horário

A definição do horário de abertura será definido pelo Director e tutela do Centro Interpretativo. O horário será amplamente publicitado, através dos meios de divulgação e afixado no exterior do Centro Interpretativo.

Restrições à entrada

Atendendo às características do Centro Interpretativo, poderá estabelecer-se restrições à entrada por motivos de segurança, que podem consistir na obrigação de deixar depositados, na área de acolhimento ao visitante, objectos que pela sua natureza, possam prejudicar a segurança ou conservação dos bens culturais expostos e das instalações. Não será permitido aos visitantes, no interior do Centro Interpretativo, fumar, ingerir alimentos ou bebidas, tocar nos bens expostos ou nos expositores, fotografar ou filmar sem autorização prévia e não entrar nos espaços com acesso restrito.

Ingresso

A fixação do valor do ingresso será da responsabilidade da tutela. A tabela com os valores de ingresso e os respectivos descontos e isenções será afixado na recepção do Centro Interpretativo, em local de visibilidade pública.

Acesso à documentação

O Centro Interpretativo será um espaço público, pelo que a informação inerente aos bens culturais do acervo museológico é considerada de uso público. A disponibilização



de informação referente ao acervo será facultada às pessoas e entidades que o solicitarem mediante um pedido por escrito, no qual se identificará o investigador ou a instituição que faz o pedido, e se explicitará o que se pretende consultar ou obter do Centro Interpretativo, e com qual a finalidade.

5. Instrumentos de divulgação

Publicidade

A divulgação pode-se fazer em diferentes níveis, quer no que diz respeito à informação, quer aos suportes e às línguas, com recurso aos seguintes meios:

- a) Internet, criar um sítio na internet para divulgar a sua história, as colecções que possui, as suas actividades, entre outros temas, devendo ser actualizado com regularidade;
- b) Comunicação social, dar a conhecer os projectos e actividades através deste meio, que é um meio de divulgação muito rápido e eficaz;
- c) Colocar na recepção do Centro Interpretativo um painel com informação sobre as actividades que se vão realizar;
- d) Colocar sinalética própria no exterior do Centro Interpretativo, nomeadamente grandes telões para divulgar o Centro, o seu horário e as suas actividades;
- e) Sinalética por toda a cidade para dar a conhecer a sua localização e as suas actividades à população, com o objectivo de atrair os diversos tipos de públicos.

Actividades comerciais

O Centro Interpretativo terá uma loja, junto à recepção, com artigos comerciais relacionados com a sua temática, utilizando um *merchandising* de qualidade para divulgar a sua marca. As margens obtidas pelas receitas da bilheteira e da loja não devem ser consideradas como lucro, mas antes como uma receita que deve reverter a favor da melhor qualidade dos serviços prestados pelo Centro Interpretativo.



6. Colaborações

Voluntariado

O Centro Interpretativo deverá aceitar voluntários maiores de idade, que aceitem participar em actividades integradas em projectos, programas ou outras formas de intervenção, sempre desenvolvidas sem fins lucrativos.

7. Disposições finais

Revisão

O presente regulamento deverá ser revisto e actualizado sempre que for necessário.



Centro Interpretativo de Évora Romana

Resumo:

O presente relatório é o resultado do estágio realizado na Câmara Municipal de Évora, no âmbito do Mestrado em Museologia, que decorreu de Janeiro a Abril de 2011. Trata de um programa museológico preliminar, com o objectivo de dar corpo à musealização das ruínas arqueológicas das termas romanas encontradas em 1987, no edifício dos Paços do Concelho do Município de Évora. Tratando-se de um legado arqueológico, datado entre o século I ou II d. C., optou-se pela criação de um centro interpretativo, com o fim de conservar, expor e interpretar os testemunhos arqueológicos da ocupação romana neste território. Pretendendo-se com isso preservar o legado e comunicar com os diferentes estratos da população, contribuindo para a reflexão e conhecimento do período romano na cidade, na perspectiva do seu desenvolvimento urbano, cultural, social e económico, afirmando-se assim como um espaço identitário para a população de Évora.

Palavras-chave: Programa museológico. Centro interpretativo. Identidade cultural. Civilização romana. Évora.



Interpretive Centre of Évora Roman

Abstract:

This report is the result of the internship conducted from January to April 2011 in the municipality of the city of Évora, as part of the Master studies in Museology. It describes a preliminary museological program, intended to bring form to the musealization of the archeological ruins of the Roman baths found in 1987 in the building of the Paços do Concelho in the Municipality of Évora. As an archeological legacy dated back to the centuries I or II a. C., the choice has fallen on the creation of an interpretative centre for the preservation, exhibition and interpretation of the Roman occupation archeological testimonies in this territory. The interpretative centre will allow to preserve the Roman legacy and to communicate with the different layers of the population, contributing to the discovery of the urban, cultural, social and economic development during the Roman period in the city, and therefore establishing itself as an identitary space for the population of Évora.

Keywords: Museological program. Interpretative centre. Cultural identity. Roman Civilization. Évora.



Agradecimentos

Todo o trabalho desenvolvido ao longo do estágio do Mestrado em Museologia, originando o presente relatório, não seria de igual forma enriquecedor e instrutivo sem a colaboração de várias pessoas, às quais quero agradecer a orientação, o empenho, o apoio e a força que me dedicaram:

Doutor Manuel F. S. Patrocínio • Dr. Nuno Domingos • Doutor Paulo Simões Rodrigues
• Dr.^a Cláudia Teixeira • Dr.^a Cármen Balasteres • Dr. Carlos Almeida • Dr. Gustavo Val-
Flores • Dr. Panagiotis Sarantopoulos • Dr.^a Sara Moreno • Dr.^a Susana Coelho • Dr.^a
Rosaria Leal • Biblioteca Geral da Universidade de Évora • Colegas de curso • Sofia
Borges • Filipa dos Santos • Célia Castelo • Francisco Valente • Maria Filomena Valente
• Manuel Tiago Valente • Luis Palma • e a toda a minha família.

... a todos vós, o meu MUITO OBRIGADO!



Figura 1 – Cartografia de Hispânia, dividida nas três províncias: *Baetica*, *Lusitâniae* a *Tarraconensis*.
(Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_AJWq6wZ5X04/Swr6jDVmHI/AAAAAAAAAFI/LICzJD_S_D0/s1600/Mapa+P+en%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica+2.jpg)



Figura 2 - Templo romano de Évora. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 3 – Capitéis do templo romano. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 4 - Sala do *laconicum*. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 5 - *Laconicum*, parede e tecto nervurado. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 6 - *Hypocaustum*. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 7 - *Praefurnium* das termas romanas. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 8 - *Praefurnium*. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 9 - *Praefurnium*. canal por onde passava o calor para o *laconicum*. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 10 - Zona actual para visitar as termas. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Figura 11 - Espaço onde se encontram as termas no edifício dos Paços do Concelho, no piso 0. [Fonte: Rita Fialho Valente]

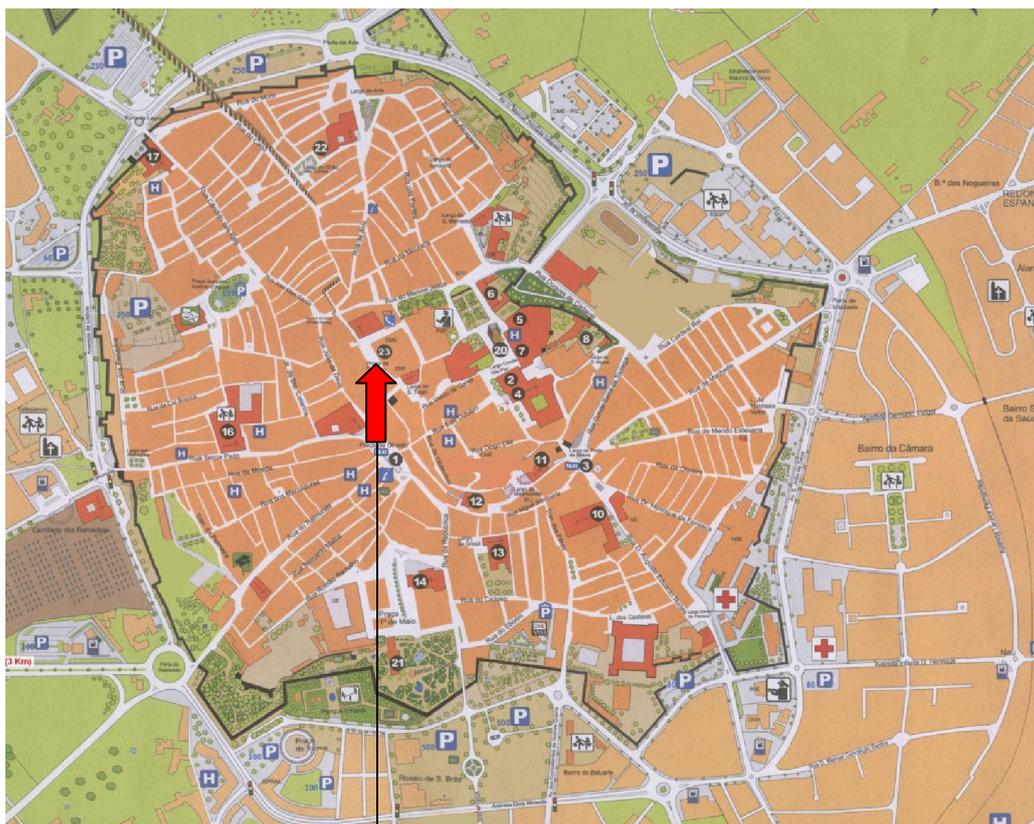


Figura 12 – Mapa de Évora com a localização da Câmara Municipal de Évora. (Fonte: Agenda Cultural da CME)



Figura 13 – Paços do Concelho, edifício onde irá instalar-se o Centro Interpretativo de Évora Romana. (Fonte: Rita Fialho Valente)



Tabela 2 - Coordenadas geográficas do edifício dos Paços do Concelho.

Freguesia		Santo Antão
Concelho		Évora
Coordenadas Geográficas	Latitude	38°34'20.24''
	Longitude	7°54'34.35''
Altitude (m)		298



Figura 14 – Fotografia de satélite do edifício dos Paços do Concelho e a sua envolvente. (Fonte: Google Earth)



Tabela 1 - Análise SWOT.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Localização do Centro Interpretativo de Évora Romana no centro histórico da cidade, classificado pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade em 1986;</p> <p>Ser um Centro Interpretativo vocacionado para a população, apresentando o património <i>in situ</i> contextualizado;</p> <p>Proximidade de um forte núcleo populacional intramuros, São Mamede;</p> <p>No edifício onde vai funcionar o Centro Interpretativo existir equipamentos complementares, nomeadamente o Núcleo de Documentação e o Arquivo Municipal;</p> <p>Existência no mesmo edifício de apoios complementares como o bar e instalações sanitárias;</p> <p>Resolução do grave problema de saúde pública inerente ao estado em que se encontra o legado das Termas Romanas, face à proliferação de pombos, entre outros problemas.</p>	<p>Recursos internos para a implementação do Centro Interpretativo de Évora Romana;</p> <p>Articulação com o funcionamento dos Paços do Concelho;</p> <p>Desconhecimento da população, sobretudo mais jovem, da existência das termas romanas.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Localização e posicionamento de Évora no sistema urbano nacional;</p> <p>Localização do Centro Interpretativo de Évora Romana no centro histórico da cidade;</p> <p>Trabalhar com a comunidade em torno de temas identitários como a cultura romana, história da cidade ou saúde pública;</p> <p>Desenvolver actividades de carácter pedagógico que contribuam para reforçar a noção de pertença, de identificação com a cidade, com o território e coesão social;</p> <p>Contribuir para a consolidação de políticas de regeneração urbana;</p> <p>Integrar na futura Rede de Museus do Alentejo;</p> <p>Existência próxima de instituições culturais: Museu de Évora, Museu de Arte Sacra da Sé, Sé, Fundação Eugénio de Almeida e Universidade de Évora.</p>	<p>Não conseguir o financiamento para a implementação do Centro Interpretativo de Évora Romana;</p> <p>Dificuldade em conseguir apoios mecenáticos;</p> <p>Grande fragmentação política e partidária dos líderes de opinião pública;</p> <p>Desertificação do centro histórico da cidade.</p>



Figura 15 - Depósito arqueológico dos bens culturais da Câmara Municipal de Évora. [Fonte: Rita Fialho Valente]

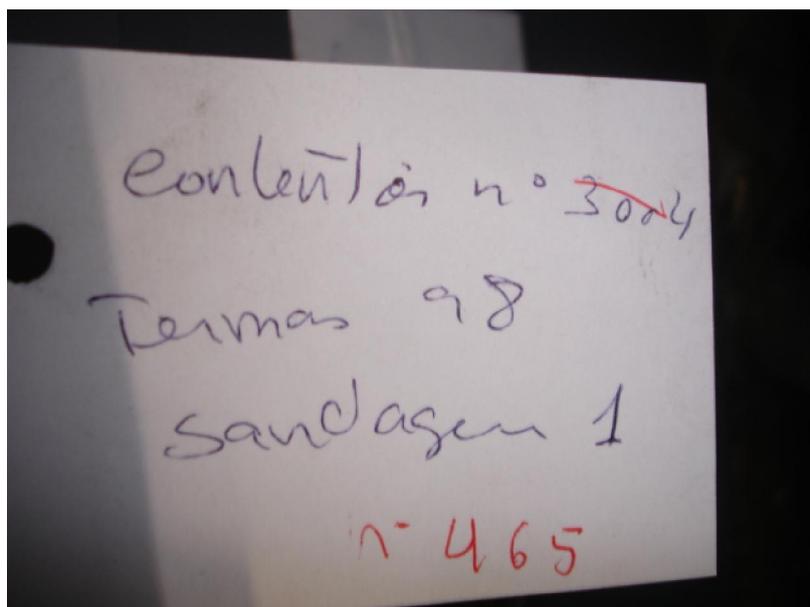


Figura 16 – Exemplo de etiqueta de catalogação do depósito arqueológico. [Fonte: Rita Fialho Valente]



Tabela 3 - Níveis de iluminação. (Fonte: CAMACHO 2007, p. 98)

Sensibilidade - Materiais	Lux (lm/m ²)	U.V. (μW/lm ⁹)
Muito sensíveis: têxteis, aguarelas, guaches, obras de papel, pergaminho, fotografia a cores, couro pintado	< 50	< 30
Sensíveis: pintura a óleo e têmpera, couro não pintado, laca, mobiliário, marfim, fotografia a preto e branco	< 200	< 75
Pouco sensíveis: metais, pedra, cerâmica, vidro	< 300	< 75

Tabela 4 - Condições de exposição de diferentes suportes e materiais. (Fonte: CAMACHO 2007, p. 32)

Materiais	Temperatura	Humidade Relativa
Tecidos – têxteis	+/- 20°C	50%
Marfim	+/- 20°C	55-60%
Peças em tartaruga ou madrepérola	+/- 20°C	+/- 55%
Pintura sobre tela Pintura sobre madeira	20º-22ºC	+/- 55%
Mobiliário Escultura em madeira, dourada e estofada	+/- 20°C	+/- 55%
Escultura em pedra, vidros, cerâmicas, azulejos	+/- 20°C	+/- 50%
Peças em prata ou ouro Jóias	+/- 20°C	+/- 50%



Tabela 5 - Entidades para parcerias. (Fonte: http://www.drealentejo.pt/default.asp?tip=agrup&action=escolas&critério=ESC_Concelho&pesquisa=%C9vora&tipo=2)

Entidade	Endereço
Jardim de Infância de St.º António	Bairro de Santo António
Jardim de Infância do Bairro Garcia de Resende	Bairro Garcia de Resende
Jardim de Infância do Penedo de Ouro	Bairro Poço Novo – Estrada da Igrejinha
Jardim de Infância do Bairro Cruz da Picada	Bairro Cruz da Picada
E. B. I. / J.I. da Malagueira	Av. Eng.º Arantes Oliveira
E. B. I. André de Resende	Av. Gago Coutinho
E. B. 1 Heróis do Ultramar	Av. Heróis do Ultramar
E. B. 1 do Bairro da Câmara	Largo N.ª Sra. da Conceição
E. B. 1 do Bairro da Comenda	Rua Padre Américo – Bairro da Comenda
E. B. 1 do Chafariz D’El-Rey	Largo S. Brás do Regedouro
E. B. 1 Rossio de São Brás	Rossio de S. Brás
E. B. 1 de S. Mamede	Largo Dr. Evaristo Cutileiro
E. B. 1 do Convento Novo	Rua de Avis, 113
E. B. 1 Horta das Figueiras	Bairro General Humberto Delgado
E. B. 1 Bairro do frei Aleixo	Bairro do Frei Aleixo
E. B. 1 Cruz da Picada	Bairro Cruz da Picada
E. B. 1 da Quinta da Vista Alegre	Rua Fundação Calouste Gulbenkian
E. B. 1 do Bairro da Senhora da Glória	Av. Dos Salesianos
E. B. 2, 3 de Santa Clara	Rua de Santa Clara, 2
E. B. 2, 3 Conde de Vilalva	Av. António Barata – Bairro das Pites
E. S. com 3.º ciclo de André de Gouveia	Pç. Angra do Heroísmo – Bairro Sra. da Glória
E. S. de Gabriel Pereira	Rua Dr. Domingos Rosado
E. S. de Severim de Faria	Estrada de Alcáçovas
Cencidiana – Cooperativa p/ Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Évora	Quinta Feijão
EPRAL – Escola Profissional da Região do Alentejo	Urbanização da Muralha
PEdeXumbo – associação para a promoção da música e da dança	Rua Eborim, 18
Universidade de Évora	Évora
Museu de Évora	Largo Conde Vila Flor
Museu de Arte Sacra da Sé	Largo Dom Miguel de Portugal



Índice

Considerações Introdutórias	1
1. Pressupostos Científicos e Culturais.....	3
2. O Domínio Romano	7
2.1. Portugal Romano.....	7
2.2. <i>Ebora Liberalitas Iulia</i>	8
2.3. As termas romanas de <i>Ebora Liberalitas Iulia</i>	14
3. Pressupostos e Documentos Fundamentais para a Prática Museológica e Patrimonial	18
4. Plano Museológico	24
5. Programa Museológico.....	26
5.1. Análise institucional: Centro Interpretativo de Évora Romana	26
5.1.1. Análise SWOT	26
5.1.2. Conceito de <i>centro interpretativo</i>	28
5.1.3. Missão	28
5.1.4. Vocação	29
5.1.5. Objectivos.....	29
5.1.6. Enquadramento orgânico	30
5.2. Espacialidade.....	30
5.2.1. Localização e história	30
5.2.2. Espaços do Centro Interpretativo de Évora Romana	31
5.3. Bens Culturais.....	32
6. Programa de Incorporação	33
6.1. Estratégia global	33
6.2. Condições de incorporação.....	33
6.3. Responsáveis pela incorporação	34
6.4. Procedimento de incorporação.....	34
6.5. Abatimento de um bem cultural	35
6.6. Normas para o abatimento do bem cultural	35
6.7. Procedimento de abatimento	35
6.8. Revisão	36
7. Programa de Conservação Preventiva	36



7.1.	Caracterização do edifício.....	36
7.2.	Caracterização do clima.....	37
7.3.	Caracterização do acervo museológico.....	38
7.4.	Segurança.....	38
7.5.	Monitorização e controlo ambiental e biológico.....	38
7.5.1.	Luz.....	39
7.5.2.	Humidade relativa e temperatura.....	40
7.5.3.	Poluentes.....	42
7.5.4.	Controlo Biológico.....	42
7.6.	Manutenção do equipamento.....	43
7.7.	Materials, equipamentos expositivos e de reserva, organização de espaços.....	44
7.7.1.	Exposição.....	44
7.7.2.	Reservas.....	45
7.8.	Limpeza de espaços, equipamento e acervo museológico.....	46
7.8.1.	Espaços e equipamentos.....	46
7.8.2.	Acervo museológico.....	47
7.9.	Circulação de bens culturais.....	47
7.9.1.	Manuseamento.....	47
7.9.2.	Circulação interna.....	48
7.9.3.	Circulação externa.....	49
8.	Programa de Segurança.....	51
8.1.	Pessoal de segurança.....	52
8.2.	Protecção contra o fogo.....	52
8.3.	Protecção contra o roubo e a intrusão.....	52
8.4.	Postos centrais de vigilância.....	53
8.5.	Seguro.....	53
8.6.	Controle dos inventários.....	53
9.	Programa de Gestão Documental.....	54
9.1.	Inventário.....	54
9.1.1.	Ficha de entrada.....	54
9.1.2.	Numeração.....	55



9.1.3.	Ficha de inventário	56
9.1.4.	Livro de Tombo	57
9.2.	Publicações	58
10.	Programa de Investigação	58
10.1.	Princípios de investigação	58
10.2.	Requisitos de investigação	59
11.	Programa de Exposição	60
11.1.	Conceito.....	60
11.2.	Estratégia.....	61
11.3.	Processos expositivos.....	61
11.4.	Proposta de conteúdos	63
11.5.	Orientação	64
11.6.	Comunicação e informação.....	65
11.7.	Acessibilidade	65
12.	Programa Educativo	66
12.1.	Missão	66
12.2.	Objectivos	67
12.3.	Método do serviço educativo.....	68
12.4.	Público-alvo	68
12.5.	Parcerias	69
12.6.	Actividades	69
12.7.	Sala e equipamentos.....	70
12.8.	Avaliação do Programa de Serviço Educativo	71
12.9.	Imagem do Centro Interpretativo de Évora Romana	71
12.10.	Estratégia de divulgação	72
13.	Modelo de Gestão.....	72
13.1.	Recursos humanos.....	72
13.1.1.	Competências.....	73
13.1.2.	Deontologia.....	77
13.2.	Recursos financeiros.....	78
	Considerações Finais.....	80
	Bibliografia.....	82



Apêndices 90

Índice de Figuras

Figura 1 - Cartografia de Hispânia, dividida nas três províncias: *Baetica*, *Lusitânia* e a *Tarraconnensis*.
.....entre as pp. 8 e 9

Figura 2 - Templo romano de Évora.
.....entre as pp. 10 e 11

Figura 3 - Capitéis do templo romano.
.....entre as pp. 10 e 11

Figura 4 - Sala do *laconicum*.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 5 - *Laconicum*. parede e tecto nervurado.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 6 - *Hypocaustum*.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 7 - *Praefurnium* das termas romanas.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 8 - *Praefurnium*.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 9 - *Praefurnium*. canal por onde passava o calor para o *laconicum*.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 10 - Zona actual para visitar as termas.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 11 - Espaço onde se encontram as termas no edifício dos Paços do Concelho, no piso 0.
.....entre as pp. 16 e 17

Figura 12 - Mapa de Évora com a localização da Câmara Municipal de Évora.
.....entre as pp. 29 e 30

Figura 13 - Paços do Concelho, edifício onde irá instalar-se o Centro Interpretativo de Évora Romana.
.....entre as pp. 29 e 30



Figura 14 - Fotografia de satélite do edifício dos Paços do Concelho e a sua envolvente.
.....entre as pp. 29 e 30

Figura 15 - Depósito arqueológico dos bens culturais da Câmara Municipal de Évora.
.....entre as pp. 33 e 34

Figura 16 - Exemplo de etiqueta de catalogação do depósito arqueológico.
.....entre as pp. 33 e 34

Figura 17 - Planta do Piso 0 dos Paços do Concelho, com a indicação das salas escavadas e os pontos de observação actuais.
.....entre as pp. 61 e 62

Figura 18 - Planta do Piso 0. Indicação das salas a escavar.
.....entre as pp. 63 e 64

Figura 19 - Planta do espaço com indicação do Percurso 1.
.....entre as pp. 63 e 64

Figura 20 - Planta do espaço com indicação do Percurso 2.
.....entre as pp. 63 e 64

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Análise SWOT.
.....entre as pp. 27 e 28

Tabela 2 - Coordenadas geográficas do edifício dos Paços do Concelho.
.....entre as pp. 29 e 30

Tabela 3 - Níveis de iluminação.
.....entre as pp. 41 e 42

Tabela 4 - Condições de exposição de diferentes suportes e materiais.
.....entre as pp. 41 e 42

Tabela 5 - Entidades para parcerias.
.....entre as pp. 69 e 70

